

# AGRICULTURA SC



Fechamento autorizado,  
pode ser aberto pela ECT.



## SENAR/SC INICIA ATEG PARA AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS

Páginas 10 e 11

### ESTIAGEM SEVERA

Seca derruba produção agrícola em SC

Páginas 4 e 5

### BRUCELOSE ANIMAL

Estado tem a menor prevalência do Brasil

Página 8

### AGRO MARICULTURA

Assistência técnica fortalece cadeia produtiva em SC

Páginas 12 e 13

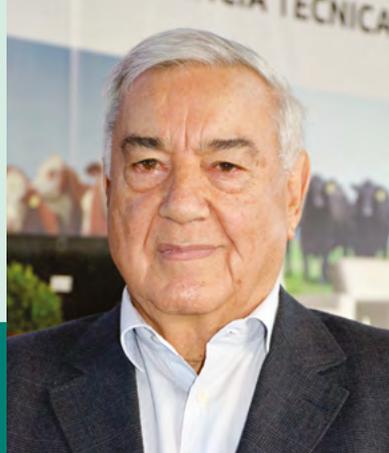
### MEIO AMBIENTE

Javalis voltam a preocupar produtores catarinenses

Páginas 14 e 15

# O AGRO E O PODER PÚBLICO

**José Zeferino Pedrozo** - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (Faesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC)



Os futuros gestores municipais precisam olhar com atenção para o setor primário da economia dos municípios: ali, onde funcionam a agricultura, a pecuária e o extrativismo e cujo movimento econômico impacta integralmente na fixação do índice de retorno do ICMS, principal receita tributária.

Desde o início dos tempos, os produtores e empresários rurais convergem suas reivindicações para o setor viário. Eles pedem a abertura e a conservação de estradas na zona rural. Estradas vicinais, estradas gerais, acessos, rodovias-troncos... O único ente federativo capaz de atender a essa reivindicação é o Município, porque não cabe ao Estado nem à União cuidar das estradas da zona rural.

A importância do sistema viário rural para o sucesso do agronegócio é vital. A entrega de insumos agrícolas como rações, sementes, fertilizantes, defensivos etc. ou de ativos biológicos e a retirada da produção (grãos, frutas, hortigranjeiros e animais prontos para abate) dependem da circulação diária de milhares de caminhões. É uma operação logística cuja eficiência define – ao lado de outros fatores – o sucesso ou o fracasso do agronegócio.

Outro fator igualmente importante é o suprimento de água para consumo das famílias, irrigação de lavouras e desse-

dentação dos plantéis. Em muitas regiões catarinenses a escassez de água nas áreas agrícolas é mais grave do que nos centros urbanos, exigindo das administrações municipais investimentos em sistemas descentralizados de captação, tratamento, armazenagem e distribuição de água para os estabelecimentos rurais.

Felizmente, grande parcela dos municípios catarinenses prioriza o agro e fez investimentos sustentados e de longo prazo para solucionar essas duas necessidades. Com isso, apoiaram e viabilizaram a produção agrícola e pecuária, elevaram a qualidade de vida do meio rural, sustaram o êxodo de jovens e asseguraram a produção de riquezas e a geração de tributos.

A retribuição das Prefeituras à enorme contribuição do agro ao desenvolvimento econômico local manifestou-se em outras ações. Uma delas é a criação da patrulha agrícola mecanizada através da qual o Município empresta máquinas – tratores, trilhadeiras, ceifadeiras, colheitadeiras etc. – para serviços nas propriedades rurais, cobrando apenas o combustível em sinal de cooperação e estímulo aos produtores.

Em outra frente, sozinhas ou em parceria com o SENAR, as Prefeituras oferecem ou apoiam centenas de treinamen-

tos técnicos e especializados e totalmente gratuitos em todas as áreas da atividade agrícola e pecuária.

Os municípios mais avançados mantêm o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) credenciado junto ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) do Ministério da Agricultura. Esse serviço permite que milhares de pequenas agroindústrias de processamento de carne sejam inspecionadas e habilitadas à comercialização de produtos cárneos, com expressivo incremento à economia local e regional.

Nessa mesma linha de vanguarda, alguns municípios estabeleceram convênio com o Instituto de Meio Ambiente do Estado e foram autorizados a analisar, aprovar e emitir licenças ambientais de construção, instalação e operação de empreendimentos, como granjas, incubatórios, criatórios de aves e suínos etc. Os ganhos são impressionantes em simplificação, desburocratização e rapidez.

As políticas para a agricultura e o agronegócio dependem do governo central, mas o apoio material ao setor primário é dever das administrações municipais, por isso devem estar no radar das prioridades de todos que formam nosso rico e multifacetado universo rural.



R. Delminda Silveira, 200 - Agrônoma, Florianópolis - SC, 88025-500 - Fone (48) 3331-9700  
FAESC: facebook.com/FAECSantaCatarina | SENAR/SC: facebook.com/SENARSC | www.SENAR.com.br

**DIRETORIA DA FAESC 2019/2023:** Presidente: José Zeferino Pedrozo, 1º vice-presidente Executivo: Enori Barbieri, 2º vice-presidente Executivo: Milton Graciano Peron, 1º vice-presidente de Secretaria: João Francisco de Mattos, 2º vice-presidente de Secretaria: João Romário Carvalho, 1º vice-presidente de Finanças: Antônio Marcos Paganí de Souza, 2º vice-presidente de Finanças: Vilson Antônio Verona  
**CONSELHO FISCAL:** Efetivos: Rogério Pessi, Gilmar Zanluchi e Amy Mohr, Suplentes: Fabrício Luiz, Stefani, Dionísio Scharf e Luís Sérgio Gris Filho. **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Extremo Oeste: Adelar Zimmer, Oeste: Ricardo Lunardi, Meio Oeste: Clemerson Pedrozo, Planalto Norte: Francisco Konkol, Planalto Serrano: Márcio Pamplona, Vale do Itajaí: Lindolfo Hoepers, Sul: Edegar Giustina.  
**DIRETORIA SENAR:** Presidente: José Zeferino Pedrozo, Superintendente: Gilmar Antônio Zanluchi.  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO:** José Walter Dresch – FETAESC, Luis Sartor, Luiz Vicente Suzin – OCESC Daniel Kupper Carrara – Senar Administração Central, Gilberto Modesto da Silva, Ricardo de Gouvêa

– Agroindústria, Osvaldo Miotto Junior. **CONSELHO FISCAL:** Rita Maria Alves – Senar Administração Central, Maira Aparecida Nunes da Silva, Tatiane Mecabó Cupello – FAESC, Adílzio Pedro Pazetto, Valdeci de Andrada Pereira – FETAESC, Adriano da Cunha.

**MB Comunicação:** Jornalista Responsável: Marcos Antônio Bedin (Reg. Jornalista profissional MTB SC 0085-JP). Edição: Keli Magri. Redação: Marcos Antônio Bedin, Alessandra Cristina Favretto, Keli Magri, Lisiane Kerbes, Marciane Páz Mendes.

**Diagramação / Impressão:** COAN Indústria Gráfica  
**Tiragem:** 5.500 exemplares.

# FAESC DEFENDE REGULAMENTAÇÃO NO CONGRESSO

A FAESC defende a regulamentação por lei no Congresso Nacional do Convênio 100/1997, que prevê a isenção tributária em operações internas e a redução da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na comercialização interestadual de insumos agropecuários. Atualmente, o convênio passa por debate anual no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para eventual prorrogação ou cancelamento das isenções. Neste ano, o benefício foi prorrogado até 31 de março de 2021, atendendo reivindicação das entidades do setor para manter a competitividade do agro.

O assessor jurídico da FAESC, Clemeron Pedrozo, afirma que a regulamentação no Congresso trará mais segurança jurídica e previsibilidade ao setor, evitando especulações e desgastes a cada ano em que o tema entra em pauta no País.

“O Convênio 100 é essencial para o agronegócio porque reduz a carga tributária, o preço dos alimentos na



Sem as isenções, o impacto tributário ao consumidor final e à cadeia produtiva de alimentos seria enorme

mesa dos brasileiros, o custo de produção para os agricultores e faz com que nossos produtos sejam competitivos no cenário internacional. No passado, ele era renovado a cada 24 meses. Posteriormente, passou a ser renovado a cada 12 meses e nas últimas quatro renovações em períodos inferiores a um ano, o que acaba gerando insegurança jurídica para o setor, que fica na expectativa cada vez que está finalizando a vigência do Convênio. Isso não é bom, gera especulações, debates vazios, totalmente distanciados das reais necessidades do

setor e da Nação”, argumenta Pedrozo.

A Federação propõe a união do setor em nível nacional para levar o tema ao Congresso e reivindicar a criação de lei específica que regulamentará a isenção do ICMS. “Isso traria previsibilidade, segurança jurídica e tranquilidade para o setor poder planejar o seu futuro. Se estamos falando de justiça social, o Convênio 100, sem sombra de dúvidas, é um importante instrumento para isso e para fazer com que o agro brasileiro continue crescendo”, ressalta o assessor jurídico da FAESC.

## REFLEXOS

De acordo com levantamento da CNA, a eventual não renovação do Convênio 100 traria uma alta ainda mais acentuada dos custos de produção. Segundo a entidade, para a cultura do milho, essa elevação poderia chegar a 11,4%, enquanto que, para a produção de soja, a alta seria de 11,2%. Também poderia haver impactos significativos para a pecuária de leite, com aumento de 12,8% nos custos, além de uma escalada nos preços dos produtos da cesta básica e, conseqüentemente, uma alta na taxa de inflação dos alimentos

(9,5%) para a população brasileira.

A CNA também calcula que o comprometimento do salário mínimo com aquisição de produtos cesta básica passaria dos atuais 46,4% para 50,8% com o fim da desoneração. O impacto tributário ao consumidor final e à cadeia produtiva de alimentos seria enorme.

Todos os anos, a CNA, a FAESC e mais 43 entidades do agro encaminham aos 27 secretários de Fazenda dos estados e Distrito Federal, que compõem o Confaz, manifesto para pedir a renovação do Convênio, alertado sobre os pre-

juízos com o fim da medida.

“Santa Catarina é o quinto maior produtor de alimento do Brasil e tem apenas 15% da população nacional. Portanto, é um Estado que precisa exportar a produção, porque seu mercado interno é reduzido. A redução tributária, neste sentido, se torna fundamental para a competitividade do setor”, defende o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo.

A agricultura nacional responde por 23% do PIB brasileiro e é responsável por mais de 50% das exportações.

# SECA DERRUBA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM SC

A família Favaretto, do interior de Coronel Freitas, investiu R\$ 20 mil na plantação de milho para silagem que seria usada na alimentação das 50 vacas de leite. O plantio foi feito no final de julho, porém os 10 hectares semeados receberam apenas 35 milímetros de chuva em quatro meses, menos da metade esperada para o período – entre 80mm e 90mm. A escassez hídrica não desenvolveu as espigas do milho e os produtores já estimam perdas de 90% do volume de silagem e, conseqüentemente, redução na produção de leite.

“Colheremos uma silagem com apenas 10% de grão, o restante palhada. Isso vai prejudicar a produção de leite, já que é o grão o principal alimento das vacas”, detalha a engenheira agrônoma Ana Lilian, que administra a propriedade ao lado dos pais Lucides e Ana Fátima Favaretto. A família também precisou investir na compra de feno e ração para compensar a falta de alimentos aos animais e está à espera de chuva regular para plantar novamente o milho,



Milho para silagem não desenvolveu e terá redução no volume produzido

fazer rotação de culturas e esperar a germinação das pastagens de aveia, milheto e sorgo cultivadas.

Além do leite, eles também produzem aves e suínos. Para abastecer os 13.800 frangos no aviário, a família construiu um poço artesiano e mantém outro em sociedade com

dois vizinhos para manter a granja de 7 mil suínos. “Até agora não tivemos problemas para abastecer o aviário, porém já investimos cerca de R\$ 10 mil na contratação de caminhões-pipas para trazer água na granja, porque o poço já não dá conta do abastecimento”, relata Ana Lilian.

## SITUAÇÃO PREOCUPA FAESC

Os prejuízos relatados pela família de Coronel Freitas retratam o momento vivido pela maioria dos produtores catarinenses, especialmente nas regiões Oeste, Extremo Oeste e Meio Oeste, onde o déficit hídrico no ano alcança 801,9mm, 711mm e 895,9mm, respectivamente, de acordo com dados da Epagri/Ciram. A estiagem no Estado, que teve início em junho de 2019, já se mostra a mais severa desde 2005.

“A situação é preocupante, porque as previsões indicam chuvas abaixo da média até janeiro, o que impactará dras-

ticamente na safra. Sem chuvas, tanto o Governo quanto os produtores buscam soluções paliativas para amenizar o problema”, observa o presidente da FAESC José Zeferino Pedrozo.

O dirigente afirma que um dos pedidos feitos pelos produtores é a maior agilidade nas licenças ambientais para construção de poços artesanais. A burocracia e o tempo de espera não estão acompanhando a urgência da situação da falta de água no Estado. “Precisamos de menos burocracia e mais agilidade nos processos”, grifa Pedrozo.

O déficit de chuvas é compartilhado por grande parte da América do Sul. De acordo com informações publicadas pela NASA em seu site, indícios da seca começaram a aparecer em observações gravimétricas de satélite no sudeste do Brasil em meados de 2018, e se espalharam por partes do Paraguai, Bolívia e norte do Brasil e Argentina até 2020. Até o momento, a estiagem atual é a segunda mais intensa no continente desde 2002, superada apenas pela que ocorreu em 2015-2016 no leste do Brasil e na Venezuela.

## PREJUÍZOS

De acordo com levantamento feito pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa), o Extremo Oeste é a região catarinense cujos cultivos estão em situação mais delicada. Em seguida aparecerem Oeste e Meio Oeste. Milho (silagem e grão), fumo e pastagens são as culturas mais atingidas até o momento.

O milho silagem acumula perda média de -6,75% na produção estadual, resultando numa produção esperada de 8,8 milhões de toneladas. Na região Extremo Oeste a perda média é de -13,76%, enquanto no Oeste fica em -7,24% e no Planalto Norte chega a -10,03%. Alguns municípios destas regiões já contabilizam perdas na produção superiores a 60%.

Para o milho grão da primeira safra, até o momento, a perda média esperada para o Estado é de -4,12%. O maior impacto está no Extremo Oeste,

onde a quebra de produção média é de -19,07%. No Oeste a perda está em -9,2%. Neste cenário, a produção esperada é de 2,8 milhões de toneladas.

O fumo enfrenta até agora uma redução média de -1,92% no Estado, com produção estimada em 209,7 mil toneladas. Fumicultores do Extremo Oeste já acumulam perdas de -14,16%, no Oeste as perdas são de 7,94% e no Meio Oeste chegam a 6,05%.

Até o início de dezembro, diversas regiões registravam impactos negativos da estiagem sobre a qualidade e quantidade de pastagens disponíveis para a produção animal, o que afeta o ganho de peso e a produção de leite, bem como na disponibilidade de água para os animais. As regiões mais atingidas também são Extremo Oeste, Oeste e Meio Oeste, que respondem por 80% da produção leiteira catarinense.



Má formação da espiga causada pela escassez hídrica



Produtores Lucides e Ana Lilian Favaretto, de Coronel Freitas, preveem perdas de 90% na produção de milho para silagem

## RECURSOS

A Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural anunciou um aporte de R\$ 15 milhões, com recursos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), para investimentos em projetos de captação, armazenagem e distribuição

de água a produtores rurais em situação de vulnerabilidade social e de médio porte, além do repasse de recursos para os municípios mais afetados.

Os recursos foram distribuídos em três novas linhas de apoio disponíveis para produtores rurais

que residam em municípios com o decreto de emergência ou calamidade em função da estiagem/seca reconhecidos pela Defesa Civil estadual. Os produtores interessados em participar dos Programas devem procurar a Epagri do seu município.

# SISTEMA CNA/SENAR DIVULGA CUSTOS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

O Sistema CNA/SENAR promoveu em novembro o 6º Seminário Nacional do Projeto Campo Futuro para apresentar os principais resultados dos levantamentos dos custos de produção de 22 atividades agropecuárias em 2020.

Durante o ano, os técnicos do Projeto realizaram 102 painéis virtuais em 19 Estados. Os encontros reuniram produtores, pesquisadores e representantes de sindicatos rurais, de Federações de Agricultura e do SENAR. Em Santa Catarina, o projeto foi realizado em agosto, nos municípios de Xanxerê, Campos Novos e Araranguá, com apoio do Sistema FAESC/SENAR-SC. O levantamento apontou os custos da produção de soja, milho, trigo, feijão, arroz e aveia branca.

## FRUTAS E HORTALIÇAS

Os especialistas fizeram um balanço dos custos e falaram sobre como os produtores rurais devem se planejar para o próximo ano. “A pandemia criou um ambiente volátil. No início, alguns setores foram muito afetados em razão do fechamento do comércio. Com o passar dos meses, o mercado aqueceu e a demanda por alimentos aumentou, ocasionando a falta de embalagens plásticas e de papelão para as frutas e hortaliças. Em contrapartida a essa demanda aquecida, os custos de produção têm subido consideravelmente”, analisou o presidente da Comissão Nacional de Hortaliças e Flores da CNA, Manoel Oliveira.

A pesquisadora do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), Margarete Boteon, destacou que abril e maio foram os meses mais críticos da pandemia para o setor de hortaliças, principalmente para as folhosas. “A produção de alface foi muito afetada em termos de investimentos. Esperamos que a área perdida e não investida em 2020 se recupere em 2021”.



Rentabilidade da soja esperada na safra 2020/2021 é um aumento de 1,5 milhão de hectares com potencial de 134 milhões de toneladas

## GRÃOS

O pesquisador Mauro Osaki, do Cepea, apresentou os resultados dos custos de produção de soja, milho (primeira e segunda safras) e feijão levantados em 30 regiões do País. O especialista dividiu as culturas em três grupos, sendo baixo, médio e alto desempenho, levando em consideração os fatores climáticos que levaram à quebra da safra, além dos fertilizantes, defensivos e sementes, insumos que segundo ele, contribuíram para o aumento do custo de produção dessas culturas.

“Na soja, o custo da terra, que é variável, é muito importante porque tem aumentado bastante o arrendamento e isso eleva o custo de oportunidade do produtor, que precisa ser mais eficiente para continuar produzindo”.

Em relação aos mecanismos de venda, na safra 19/20, Osaki afirmou que 50% da produção foi vendida antecipadamente por barter (troca) ou venda antecipada. “Além disso, boa parte dos produtores fez venda na colheita e poucas regiões conseguiram aproveitar bons preços”.

O pesquisador dividiu os dados da cultura do milho em verão e segunda safra. Em relação ao milho verão, ele destacou que a produção apresentou um padrão altíssimo, com regiões produzindo acima de 12 toneladas/ha. “Com a rentabilidade, de modo geral, todo mundo conseguiu pagar seu custo operacional efetivo. Tivemos bom preço e boa produtividade”.

O milho segunda safra também teve uma produtividade muito boa, com 50% da produção já comprometida por venda antecipada. “Esse é um milho importante principalmente para o segmento de carnes. Porém, esse milho não estará disponível no mercado interno. Isso é um sinal de que precisamos melhorar as ferramentas de proteção de preço para o setor de aves e suínos que são os principais demandantes”.

Segundo Mauro Osaki, o arroz irrigado, por sua vez, é um setor que vem apanhando nos últimos anos, com rentabilidade negativa. Ele argumentou que o setor sofre mais que o da soja, porque trabalha com mercado doméstico.

“O preço se forma em dólar, mas vende para o mercado doméstico em reais. Fora os custos de produção com fertilizantes, defensivos e energia elétrica (aumenta o custo da irrigação). Apesar disso a safra 2019/2020 foi positiva, com a produção de 173 sacas de 50 kg e a receita bruta pagou todos os custos”.

## TRIGO

Sobre o trigo, a produtividade média foi de 50 sacas por hectare nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O principal problema da cultura é a falta ou excesso de chuvas, afirmou. Exceto a região de Castro (PR), que ultrapassou as 50 sacas/ha, os demais tiveram prejuízo e não conseguiram pagar seus custos totais. “Dificilmente os produtores permanecem na atividade. Podem permanecer para fazer rotação de defensivos, por exemplo, mas não para ganhar dinheiro”, disse.

Fábio Meneghin, da Agroconsult, apresentou uma análise dos custos e margens para soja e milho. Segundo ele, o principal vilão dos custos de produção foram os defensivos devido à taxa de câmbio. A rentabilidade da soja esperada na safra 2020/2021 é um aumento de 1,5 milhão de hectares com potencial de 134 milhões de toneladas, uma média de 58 sacas/ha. “Há uma demanda de 15 milhões de toneladas puxada principalmente pela recuperação do setor de suínos na China”.

Em relação ao milho, Meneghin ressaltou que o de segunda safra, com margem de aproximadamente R\$ 2 mil por hectare é muito bom para o produtor. “Estimula a busca por tecnologia e mais produtividade”.

A estimativa de produção para o ano que vem é de quase 111 milhões de toneladas e uma demanda também de quase 111 milhões de toneladas, que surge da nova indústria de etanol de milho, além da indústria de proteína animal e para exportação.

## PECUÁRIA DE CORTE

O setor vive um momento positivo, mas a boa gestão da atividade garante melhores índices de produção e uma proteína de qualidade. “Precisamos trazer a tecnologia de precisão para a nossa pecuária e tratar nossas pastagens e genética de maneira diferente. O pasto é a lavoura que alimenta o gado brasileiro de alta genética”, afirmou o presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Corte da CNA, Antônio Pitanguí de Salvo.

O dirigente disse que o cenário para a carne bovina brasileira é favorável em longo prazo e que o Brasil continuará sendo o principal player no mercado. “No próximo ano devemos observar uma grande mudança nos hábitos de compra e consumo de proteína animal. Para o produtor, o maior desafio é a gestão, pois pode haver redução das margens”.

# SANTA CATARINA TEM A MENOR PREVALÊNCIA DO BRASIL

Destaque internacional no cuidado com a saúde animal, Santa Catarina conquista mais um título: o Estado tem a menor prevalência de brucelose animal do Brasil. A classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) demonstra a excelência da bovinocultura e a qualidade da produção agropecuária catarinense.

“O reconhecimento do Ministério da Agricultura é extremamente importante para o agronegócio de Santa Catarina, com impactos diretos na nossa produção leiteira. Podemos dizer que temos um produto de qualidade, originado de um animal sem doenças e com alta sanidade. Isso é fruto de um trabalho muito grande do setor produtivo e do Governo do Estado para diminuir cada vez mais a incidência de brucelose no nosso rebanho”, destaca o secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, Ricardo de Gouvêa.

De acordo com o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal, do Ministério da Agricultura, os estados podem ser classificados de A até E de acordo com a prevalência das doenças. Santa Catarina é o único Estado brasileiro com classificação A para brucelose e, junto com outros quatro estados, também obteve nota máxima para tuberculose.



As zoonoses acometem menos de 2% do rebanho bovino catarinense. Esse é o resultado de um grande esforço no Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura, da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e do setor produtivo para erradicar as doenças.

Santa Catarina conta com mais de mil propriedades rurais certificadas como livres de brucelose e tuberculose. O reconhecimento acontece após

realização de testes em todos os animais, com intervalos de 6 a 12 meses, e sem nenhum caso positivo. Todos os anos são realizados aproximadamente 500 mil exames para analisar a presença das zoonoses no rebanho catarinense.

A intenção do Governo do Estado é que esse seja mais um diferencial competitivo do agronegócio catarinense na conquista de mercados exigentes, principalmente para exportação de produtos lácteos.

## INDENIZAÇÕES AOS PRODUTORES

Os animais acometidos de brucelose ou tuberculose são abatidos sanitariamente e os proprietários indenizados pela Secretaria da Agricultura, com apoio do Fun-

do Estadual de Sanidade Animal (Fundesa). Com a compensação, os produtores podem adquirir animais sadios para continuarem a produção de carne e de leite. De

janeiro a outubro deste ano, o Governo do Estado investiu mais de R\$ 8,4 milhões na indenização de produtores pelo abate sanitário de animais doentes.

# SIMPLIFICAÇÃO TRABALHISTA É UM AVANÇO PARA O SETOR

Alterações na legislação trabalhista rural brasileira foram comemoradas pela FAESC e pela CNA em novembro. A Portaria publicada pelo governo atualiza a Norma Regulamentadora (NR) 31, sobre segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura, por meio do lançamento do Programa Descomplica Trabalhista.

A nova NR 31 deixou mais claras as regras que devem ser seguidas por produtores rurais, empregadores, trabalhadores e fiscais do trabalho, evitando autuações indevidas no campo. Também autoriza a utilização da modalidade EaD em treinamentos, a criação do Programa de Gerenciamento de Risco no Trabalho Rural (PGRTR)

e a possibilidade de o pequeno e o médio produtor/empregador rural que contar com até 50 empregados por prazo determinado e ou indeterminado, utilizar uma ferramenta gratuita de avaliação de riscos que será disponibilizada pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, para estruturação do PGRTR.

Com a nova norma, a utilização de moradias como alojamento passa a ser permitida. Também foi inserido o conceito de “trabalho itinerante”, referente aos trabalhadores que percorrem a propriedade sozinhos ou em pequenos grupos para atividades pontuais, como consertar uma cerca ou juntar o gado.

Na avaliação do assessor jurídico

da FAESC, Clemerson Pedrozo, a alteração na Norma é um avanço e confere maior segurança jurídica às relações de trabalho no campo, sem descuidar da saúde e da segurança do trabalhador.

“Muitas normas trabalhistas urbanas eram aplicadas para o meio rural. O produtor era autuado com base em normativas feitas para outros setores, distantes da realidade do campo. Isso muda agora com a atualização feita pelo governo. Teremos maior segurança jurídica e clareza quanto às normas a serem observadas pelo produtor rural, especialmente o de pequeno porte, maioria em Santa Catarina. Foi um grande passo e um avanço para o setor”, ressalta Clemerson.



## SIMPLIFICAÇÃO

A alteração na NR 31 faz parte do Programa Descomplica Trabalhista para eliminar burocracias e propiciar um ambiente de negócios mais favorável à geração de empregos e oportunidades. As mudanças devem-se, principalmente, à evolução nos processos produtivos, inovações tecnológicas e novos procedimentos voltados à segurança e à saúde

dos trabalhadores no meio ambiente rural. Segundo o governo, o setor do agro vai economizar R\$ 4 bilhões/ano com menos burocracia, menos multas e menos obrigações.

Também foram anunciadas mudanças no Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais

(eSocial). O layout será simplificado, com redução de 50% da quantidade de campos informativos, sendo obrigatórias apenas as informações exigidas por lei e necessárias para a oferta dos serviços públicos essenciais. O prazo da entrada do grupo de produtores no eSocial também foi prorrogado para setembro de 2021.

# SENAR/SC INICIA ATEG PARA AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS

Quinze produtores de Chapecó, no oeste catarinense, que desenvolvem atividades voltadas à agroindústria artesanal, formam a primeira turma da nova cadeia atendida pelo programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) do SENAR/SC, órgão vinculado à FA-ESC. Os empreendedores rurais terão acompanhamento técnico durante dois anos para desenvolverem a produção, o gerenciamento das atividades e a gestão dos negócios.

Em todo o Estado, segundo o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, a assistência técnica e gerencial tem alcançado resultados relevantes em oito cadeias produtivas: pecuária leiteira e de corte, ovinocultura, apicultura, olericultura, fruticultura, piscicultura e maricultura. A inovação deste ano amplia o atendimento no setor que tem crescido exponencialmente no Estado: as pequenas e médias agroindústrias artesanais.

## PRODUÇÃO

O produtor da Linha Simonetto, em Chapecó, Cristiano Barp, um dos proprietários da Agroindústria Porcel (suíno em italiano), integra o programa e busca a assistência técnica do SENAR para identificar possíveis deficiências e aprimorar a produção. Ele e toda a família têm o empreendimento há 20 anos, possuem dois funcionários com carteira assinada e comercializam três toneladas de salames por mês, além de cortes de suínos, torresmos, linguças e defumados. A agroindústria possui Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e 80% das vendas são feitas diretamente aos consumidores em quatro feiras na cidade (Centro, Calçadão, Presidente Médici e São Cristóvão).

Neste ano, a alta nos preços dos insumos e da matéria-prima impul-

De acordo com Pedrozo, além de Chapecó, outra turma atendida pela nova cadeia iniciará em Nova Veneza, Sul do Estado, em fevereiro do ano que vem, quando a ATeG agro também começará a ser expandida para outras regiões catarinenses. Ele explica que a assistência técnica e gerencial busca agregar valor à produção de alimentos dos pequenos e médios estabelecimentos.

“Fizemos um levantamento amplo das agroindústrias no Estado, categorizando-as por tipo de produto e por região. Como no Oeste a demanda é maior, fechamos a primeira turma no Estado. A seleção leva em conta o atendimento à legislação vigente, o emprego de mão de obra familiar, a utilização de técnicas artesanais, além da produção da própria matéria-prima ou aquisição feita na região. Após essas etapas, iniciaremos a capacitação em gestão e boas práticas e a execução efetiva do programa”, detalha o presidente.



Produtor da Linha Simonetto, em Chapecó, Cristiano Barp, um dos proprietários da Agroindústria Porcel

sionados pela maior exportação brasileira, diminuiu as vendas e a margem de lucro da família, situação que requer reorganização em busca do equilíbrio financeiro.

“Há 12 anos deixamos de produzir suínos e passamos a comprar a matéria-prima de uma granja vizinha. A nossa luta é para mantermos a qualidade dos produtos, com equilíbrio financeiro. Acredito que sempre podemos melhorar e que a ATeG pode nos ajudar muito nesta busca”, projeta Cristiano.

A Agroindústria Porcel processa 20 suínos por semana. A matéria-prima passa pelas etapas de desossa, moagem, tempero, cozimento, embutimento, preparação de cortes e embalagem antes de seguir para comercialização, que acontece de forma

mais acentuada aos sábados.

Além da Porcel, participam outras 14 agroindústrias da região que atuam na suinocultura, bovinocultura de corte, ovinocultura, piscicultura e ranicultura (produção de rãs). De acordo com a técnica do programa, Juliane Rossato Cigognini, engenheira de alimentos e especialista em segurança do trabalho, a atuação inicial da ATeG será no cadastramento dos produtores, conhecimento das agroindústrias, do processo de produção e levantamento de dados para diagnóstico econômico e gerencial. “Queremos entender os pontos fracos e fortes de cada produtor e quais as urgências para melhorarmos a produtividade e a renda em todos os processos, desde a matéria-prima até a etapa final”, ressalta.

## METODOLOGIA

Segundo a coordenadora estadual da ATeG, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, a assistência técnica e gerencial na nova cadeia vai qualificar produtores para gestão básica das agroindústrias, boas práticas de fabricação e de manipulação de alimentos. Durante o programa, serão avaliados indicadores econômicos e produtivos, com objetivo de aumentar a rentabilidade das famílias.

“É um trabalho que engloba todos os processos da cadeia produtiva e possibilita a realização de ações efetivas nas áreas econômica, social e ambiental, assim como os processos

de gestão do negócio. Tudo isso possibilita a evolução socioeconômica da família e da comunidade”, ressalta Paula.

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi, destaca que a assistência técnica e gerencial orientará os pequenos e médios produtores na melhoria dos processos e auxiliará na formação de arranjos produtivos e na abertura de mercados. “Cada produtor terá um diagnóstico produtivo, com planejamento estratégico, avaliação sistêmica de resultados, adequação tecnológica e capacitação profissional complementar. É um

modelo inovador e estritamente técnico ofertado pelo Senar para desenvolver o agronegócio no Estado”.

Santa Catarina tem mais de 1.300 agroindústrias familiares, segundo levantamento da Epagri, e vê o setor em constante ascensão e fortalecimento no Estado. “É uma cadeia que une a força produtiva do agronegócio catarinense com seu potencial de industrialização. Nossos produtores enxergam nela uma forma de empreenderem no campo e qualificarem a produção de alimentos para atenderem o mercado cada vez mais exigente”, avalia Zanluchi.



Torresmos, linguiças e defumados também agregam valor à produção da Agroindústria



Agroindústria Porcel comercializa três toneladas de salames por mês, além de cortes de suínos in natura



## MERCADO

O presidente do Sindicato Rural de Chapecó e vice-presidente regional da FAESC, Ricardo Lunardi, afirma que a oferta do programa é um avanço na região que se destaca na cadeia da agroindús-

tria. “Temos mais de 100 produtores nos sete municípios de abrangência do Sindicato – entorno de Chapecó — que trabalham com agroindústria artesanal, seja na produção de carnes e derivados ou

leite e derivados.

É uma área forte e em pleno desenvolvimento que certamente vai agregar ao Estado em produtividade a partir da assistência técnica e gerencial”.

# PROGRAMA DO SENAR/SC FORTALECE CADEIA PRODUTIVA EM SC

O SENAR, órgão vinculado à FAESC iniciou em novembro a primeira turma estadual do programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) na agroindústria da maricultura. O programa atenderá 18 agroindústrias de Florianópolis e Palhoça, municípios responsáveis pela maior parte da produção nacional de ostras e mexilhões.

Os produtores/proprietários receberão assistência técnica e gerencial dos profissionais especializados do SENAR durante dois anos para melhorarem produtividade, gerenciamento e comercialização. De acordo com o técnico da ATeG, Gustavo Ruschel Lopes, o objetivo do programa é acompanhar a produção das agroindústrias, auxiliar os maricultores na venda do pescado e orientá-los na gestão das atividades e dos negócios.

“A questão gerencial será a principal linha a ser trabalhada. Inicialmente, apresentaremos o programa aos produtores, conheceremos cada realidade, faremos o levantamento de dados de custos, rentabilidade e toda a parte financeira. No aspecto técnico do programa, ajudaremos os maricultores na legislação/formalização do negócio e na viabilização das inspeções sanitárias para ampliar

a comercialização”, explica Gustavo.

O maricultor Leonardo da Costa está há 33 anos na atividade, no comando da Fazenda de Ostras Freguesia Oyster Bar em Santo Antônio de Lisboa, em Florianópolis, e há 22 também dirige um restaurante especializado em frutos do mar. Ele é um dos empreendedores do setor que integram a nova cadeia da ATeG e já conta com Selo de Inspeção Municipal de Florianópolis (SIM) e Selo do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA). “Essas conquistas colaboraram para o fortalecimento do negócio e para a geração de valor aos nossos produtos. Com a ATeG, buscamos aperfeiçoar ainda mais o gerenciamento e expandir mercado”, projeta Leonardo.



Portal das Ostras produz 300.000 dúzias por safra/ano e integrará o programa



Bela Ostra produz 15.000 dúzias do molusco por safra e é uma das 18 agroindústrias participantes

ARQUIVO

## METODOLOGIA

Segundo a coordenadora estadual do programa, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, a assistência técnica e gerencial na nova cadeia vai qualificar produtores para gestão básica das agroindústrias, boas práticas de fabricação e de manipulação do pescado. Durante o programa, serão avaliados indicadores econômicos e de produção, com objetivo de aumentar a produtividade e gerar incremento de renda.

“O programa vai auxiliar os empreendedores a organizar seus negócios, encontrar os pontos fortes e fracos das agroindústrias para melhorar os pro-

cessos e desenvolver a produção e a rentabilidade dos maricultores catarinenses”.

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi, destaca que a assistência técnica e gerencial orientará os maricultores no gerenciamento das agroindústrias e os auxiliará na abertura de mercados. “Faremos um diagnóstico produtivo, com planejamento estratégico, avaliação sistêmica de resultados, adequação tecnológica e capacitação profissional complementar. É um modelo inovador que vai fortalecer o agronegócio no Estado”.

## MERCADO

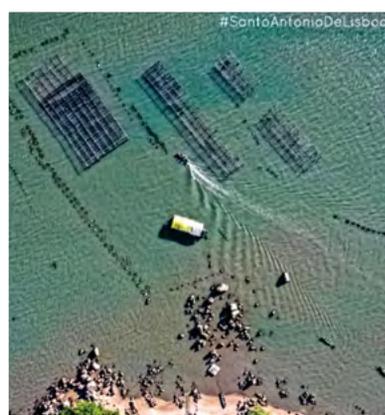
De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), a produção catarinense de moluscos é de 14,2 mil toneladas anuais e envolve 492 produtores. A movimentação financeira bruta supera R\$ 71 milhões por ano, com 54,5% do montante de mexilhões (R\$38,8 milhões), 45,3% de ostras (R\$32,3 milhões) e 0,24% de vieiras (R\$17.200).

O presidente do Sistema FAESC/

SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, destaca que os números mostram a força da maricultura catarinense e colocam o setor em evidência no mercado nacional. “Precisamos pensar grande, profissionalizar a cadeia e nos tornarmos mais competitivos. No nosso Estado, o leite e a maricultura são as duas produções com grande potencial para conquistar o mercado externo e melhorar a rentabilidade dos produtores e a relevância do setor”.



ARQUIVO



Fazenda de Ostras Freguesia Oyster Bar em Santo Antônio de Lisboa, em Florianópolis

# JAVALIS VOLTAM A PREOCUPAR PRODUTORES EM SC

A proliferação de javalis (*Sus scrofa*), listados entre as 100 “piores” espécies exóticas invasoras do mundo pela União Internacional de Conservação da Natureza (GISD, 2010), é uma preocupação recorrente dos produtores rurais em Santa Catarina. Neste ano, as regiões da Serra e Meio Oeste concentram os principais relatos de prejuízos do setor agrícola, de acordo com a FAESC. Não há estimativas oficiais, mas, calcula-se que circulam 8 mil animais em território catarinense.

A agricultura e a pecuária estão entre os segmentos mais afetados pela disseminação e crescimento populacional dos javalis. Na agricultura, o impacto mais

significativo é por predação de lavouras, resultando em prejuízos econômicos significativos, especialmente em culturas de milho, soja e pastagens.

Na pecuária, especialmente a suinocultura, os javalis representam uma ameaça sanitária, pois a condição desses animais é desconhecida. Por serem populações de vida livre, compartilham habitat e estabelecem formas de contato com diferentes espécies animais, expondo-se à transmissão de doenças infecciosas. Como os javalis são os “ancestrais” do suíno doméstico — da mesma espécie — o estímulo reprodutivo ocorre e aumenta a chance de con-

tato entre as populações, o que também possibilita a transmissão de doenças.

O vice-presidente de finanças da FAESC, Antônio Marcos Pagani de Souza, afirma que diversas propriedades na região serrana foram invadidas e tiveram prejuízos nas lavouras. “Os javalis são um caos para a agricultura e pecuária, além dos campos nativos. Eles destroem as produções e causam insegurança sanitária. A situação no Estado é preocupante, porque a procriação destes animais é muito rápida, o que exige medidas na mesma velocidade para não deixar a situação fugir do controle”, alerta o dirigente.



Javalis (*Sus scrofa*) estão listados entre as 100 “piores” espécies exóticas invasoras do mundo

## OCORRÊNCIAS

De acordo com o último relatório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), até 2018, a ocorrência de javalis foi registrada em 1.536 municípios em 22 Estados brasileiros: Acre (4), Amazonas (7), Bahia (52), Ceará (8), Distrito Federal ( ), Espírito Santo (7), Goiás (86), Maranhão (21), Minas Gerais (198), Mato Grosso do Sul (71), Mato Grosso (51), Pará (7), Paraíba (05), Pernambuco (6), Piauí (15), Paraná (207), Rio de Janeiro (15), Rondônia (15), Rio Grande do Sul (178), Santa Catarina (123), São Paulo (439) e Tocantins (20).

Em Santa Catarina, os municípios de Braço do Norte, Itá e Seara foram classificados com prioridade extremamente alta, muito alta e alta para a prevenção da ocorrência de javalis em mais de um aspecto (ambiental, socioeconômico ou sanitário). No controle populacional da espécie, a preocupação maior no Estado nos três aspectos é justamente nos municípios do Meio Oeste e Serra: Abdon Batista, Campos Novos, São Joaquim, Urubici e Zortéa, conforme relatório do IBAMA.

Quando os aspectos são analisados de forma individual, mais municípios e regiões entram nos índices. Sob a

análise ambiental, preocupam mais as situações dos municípios de Catanduvas, Morro Grande, Passos Maia, Ponte Serrada, Rio dos Cedros, Rio Rufino, São Joaquim, Timbé do Sul, Treviso, Urubici, Urupema e Vargem Bonita. No aspecto socioeconômico, estão com problemas no controle populacional os municípios de Abdon Batista, Bom Jardim da Serra, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Dona Emma, Formosa do Sul, Lages, Presidente Getúlio, São Joaquim, Urubici e Zortéa. Já Seara e Itapiranga estão classificados com prioridade extremamente alta e muito alta no aspecto sanitário.

## AÇÕES PARA O CONTROLE

Desenvolvem trabalho em conjunto para o controle da proliferação dos javalis no Estado, o IBAMA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Polícias Militares Ambientais nas regiões, agroindústrias locais, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), Instituto do Meio Ambiente (IMA), Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária (ICASA) e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), com apoio da FAESC.

Além dos prejuízos nas lavouras, a maior ameaça é sanitária. O contato entre criações domésticas e comerciais com populações de vida livre tem especial importância quando se trata de doenças transfronteiriças, de notificação oficial internacional e que podem resultar em restrições ao comércio internacional, como Peste Suína Clássica (PSC), Peste Suína Africana (PSA), doenças das quais o Estado é livre.

O 2º Batalhão de Polícia Militar Ambiental de Chapecó, em parceria

com as entidades, desenvolve o “Projeto Piloto Javali: Chapecó” para fazer o levantamento da presença de javalis (*Sus scrofa*) e javaporcos (*Sus scrofa domesticus*) nas propriedades rurais, além do registro dos danos causados pelos animais durante o plantio de cada safra. De acordo com o comandante, tenente-coronel Adair Alexandre Pimentel, o projeto visa potencializar o controle populacional do javali e javaporcos na região de atuação do Sindicato Rural de Chapecó, através de força tarefa formada por clubes de tiro, entidades de classe, universidades, instituições governamentais e empresariais.

“Criamos um site para que os envolvidos tenham acesso à todas as informações do projeto. Nele, os funcionários do ICASA preenchem um questionário feito com os agricultores para obter as informações de avistamentos ou danos causados e essas informações seguem para a Aurora Alimentos, a qual constrói mapas georreferenciados, que direcionam as ações do projeto. A partir

destes mapas, promovemos palestras e reuniões no campo para orientar os produtores rurais sobre o controle da espécie e aproximar os proprietários rurais das instituições e dos controladores. Também apoiamos a CIDASC nas fiscalizações de criadouros irregulares, com objetivo de proteger nosso meio ambiente, diminuir prejuízos no campo e manter o status sanitário do Estado”, detalha o comandante.

O IBAMA concede autorizações para a caça dos animais e a Polícia Ambiental também autoriza em casos pontuais, através da Portaria 004/CPMA/PMSC/2017. O controle da espécie foi liberado no Brasil pela Instrução Normativa do IBAMA nº03, de 31 de janeiro de 2013 e atualizada pela Instrução Normativa do IBAMA nº12, de 25 de março de 2019.

Também há o Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali (*Sus scrofa*) no Brasil - Plano Javali - publicado pela Portaria Interministerial MMA/Mapa nº 232, de 28 de junho de 2017.

## CAÇA NO ESTADO

O comandante da Polícia Militar Ambiental de Lages, Marco Antônio Marafon Júnior, destaca que o Estado possui Controladores Atiradores Caçadores (CAC) habilitados pelo IBAMA para caça dos animais. São clubes de tiro e pessoas físicas com registro de posse de armas e autorizadas pelos órgãos ambientais para fazer o abate dos javalis nas propriedades. No entanto, além da habilitação que pode ser feita pela internet junto ao IBAMA e presencialmente nas Polícias Ambientais, os “caçadores” também precisam da autorização dos produtores para entrarem

nas propriedades.

“Recebemos muitas reclamações de agricultores que tiveram as propriedades invadidas para caça, sem autorização prévia, o que não é permitido. Só neste ano, tivemos mais de 100 armas irregulares apreendidas aqui na região. É importante ressaltarmos que não se trata de caça esportiva e sim de controle de espécie exótica invasora, que tem princípios, diretrizes e objetivos distintos”, ressalta Marafon.

O comandante explica que os animais abatidos devem ser enterrados nas propriedades e a orientação

dos órgãos ambientais é para que não sejam consumidos, pela insegurança sanitária.

Ao perceber a presença de javalis nas propriedades, a FAESC orienta os produtores rurais a comunicarem os órgãos ambientais e acionarem os controladores para o abate seguro. “É preciso estar claro para toda a sociedade que o javali é uma praga, não um recurso. O controle populacional precisa ser efetivo para conter a expansão e reduzir seus impactos ambientais, sociais e econômicos no agronegócio”, sublinha o dirigente da Federação, Marcos Pagani.

# GUIA INTERATIVO DETALHA METODOLOGIAS

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) lançou um guia interativo com orientações aos produtores rurais sobre a organização da propriedade rural. O material contém instruções sobre o armazenamento de insumos, limpeza dos espaços e distribuição de ferramentas e máquinas, entre outras.

O conteúdo foi desenvolvido com informações de fácil acesso e ilustrações que indicam o passo a passo para o produtor rural iniciar o processo de organização e melhoria das atividades rurais. Também são apresentados os benefícios gerados que vão desde a rapidez na localização de itens, aumento da produtividade, segurança e motivação das pessoas e resultados econômicos positivos.

Em 12 capítulos, o guia mostra detalhes sobre a gestão de recur-

sos humanos; saneamento rural; organização de ferramentas; equipamentos; maquinários; farmácia veterinária; insumos; arrumação de ambientes para trato dos animais e manipulação dos alimentos; metodologia 5S de organização e lista de verificação.

A novidade é a interatividade do conteúdo. O guia é o primeiro material do SENAR com essa inovação. Caso o leitor tenha interesse em aprofundar o conhecimento sobre alguns assuntos, o guia permite o acesso, por meio de QR Code, para cartilhas virtuais da instituição e legislações.

Também é possível salvar o material em aplicativos de leitura, realizar pesquisas por palavras-chaves, salvar páginas e fazer anotações, além de compartilhar por e-mail, whatsapp e redes sociais.

O guia pode ser acessado no site

[www.senar.org.br](http://www.senar.org.br) ou no link <https://bit.ly/2GA8YmK>



## SENAR ABRE INSCRIÇÕES PARA CURSOS A DISTÂNCIA

O SENAR está com inscrições abertas para cursos de aperfeiçoamento, gratuitos e a distância, voltados para o meio rural. Há turmas previstas para os cursos de Agricultura de Precisão, Manejo de Pastagens e Recuperação de Pastagens Degradadas. As matrículas podem ser feitas mediante a disponibilidade de vagas na plataforma EaD (<http://ead.senar.org.br/>).

Podem se inscrever produtores, trabalhadores rurais e pessoas ligadas ao setor agropecuário de todo o Brasil. Os alunos podem acessar o conteúdo a qualquer hora do dia, de acordo com a sua disponibilidade.

Eles têm acesso a videoaulas, ati-

dades interativas, fóruns, chats e ainda contam com o apoio de tutores e monitores. Todos os cursos emitem certificado.

O portal de Educação a Distância (EaD) do SENAR possui 80 cursos em 21 programas de capacitação, como empreendedorismo e gestão de negócios, agricultura de baixa emissão de carbono, manejo de pastagens, bovino-cultura de corte, agricultura de precisão e qualidade de vida.

O Senar oferece os cursos na modalidade EaD desde 2010. Em 10 anos já foram registradas mais de 950 mil matrículas.

O superintendente do SENAR em

Santa Catarina, Gilmar Zanluchi, afirma que a modalidade de ensino e os cursos oferecidos oportunizam qualificação e aumento de produtividade e renda aos produtores. “Pelo celular ou pelo computador, os nossos agricultores podem aprender e aperfeiçoar técnicas e, conseqüentemente, melhorar a produção e os ganhos no campo. Tudo isso sem sair de casa e sem gastar nada”.

Em Santa Catarina, são 500 mil produtores rurais e 183 mil propriedades. “O trabalho do Senar fortalece a agricultura familiar e as cadeias produtivas no Estado”, sublinha o presidente do Sistema FAESC/SENAR, José Zeferrino Pedrozo.

Para efetivar a matrícula, acesse: <http://ead.senar.org.br/matriculas-abertas/>

# PROCESSO SELETIVO TEM VAGAS ABERTAS EM SC

Estão abertas as inscrições para o processo seletivo 2021 nos quatro polos da Faculdade CNA em Santa Catarina, da qual o Sistema FAESC/SENAR-SC é signatário. Os cursos, integralmente on-line e nas áreas de gestão em agronegócio, serão oferecidos em São Joaquim (Planalto Serrano), Seara (Oeste), São Miguel do Oeste (Extremo Oeste) e Braço do Norte (Sul), em parceria com os Sindicatos Rurais locais.

Os interessados em se capacitar pela Faculdade CNA podem se candidatar para os cursos em Gestão do Agronegócio (3 anos), Gestão Ambiental (2 anos), Gestão de Recursos Humanos (2 anos) e Gestão de Processos Gerenciais (2 anos). A mensalidade custa apenas R\$ 179.

“O agro é o principal propulsor da economia brasileira, o que vem aumentando a necessidade de qualificação no campo. O Sistema FAESC/SENAR-SC prioriza a oferta de capacitação como premissa para manter a competitividade e sustentabilidade da produção. Neste ano, criamos o polo da Faculdade CNA em São Joaquim e já contamos com mais de 100 alunos. A partir do ano que vem, serão três novos polos no Estado que oportunizarão ensino de qualidade a mais produtores catarinenses”, destaca o presidente José Zeferino Pedrozo.

“É uma conquista para nosso Es-



Setor é o que mais cresce no Brasil

tado. São capacitações com duração média de 2 a 3 anos, com mensalidades acessíveis e o respaldo de uma instituição de ensino já consolidada no País, voltada exclusivamente para o agronegócio”, ressalta o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi.

A faculdade é vinculada a quatro organizações: CNA e FAESC, que representam e defendem os interesses dos produtores rurais do Brasil e do Estado; SENAR, responsável pela for-

mação profissional rural, promoção social e assistência técnica; e o Instituto CNA, que desenvolve estudos e pesquisas sociais ligados ao agronegócio.

“Os alunos receberão informações diretas e atualizadas das principais entidades representativas do agro no País. Além disso, a flexibilidade e versatilidade na distribuição do tempo são grandes diferenciais da Faculdade CNA. O aluno pode escolher o horário que fica melhor para suas aulas”, complementa Zanluchi.

## COMO INGRESSAR?

São três formas de ingresso. Quem já possui um curso superior participará da seleção por meio de análise documental. Para os demais, é possível ingressar por

meio do boletim de Desempenho do Enem (Exame Nacional de Ensino Médio), com nota igual ou superior a 250 pontos em um dos exames a partir de 2017, ou ainda

pelo vestibular on-line por meio de prova de Redação.

Inscrições e outras informações podem ser obtidas no site: [faculdade.cnabrasil.org.br](http://faculdade.cnabrasil.org.br).

# AGRO+

## PLATAFORMA ID AGRO

O registro de tratores e máquinas agrícolas na plataforma ID Agro representará segurança jurídica e economia para os produtores rurais. Essa foi a avaliação feita pelas autoridades que participaram do lançamento da nova ferramenta em novembro durante a programação do Agro pelo Brasil, promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A plataforma foi desenvolvida por meio da parceria entre o Instituto CNA e a Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Mapa para registrar, inicialmente, todas as máquinas agrícolas que sairão das concessionárias. Até 20 de março de 2021, a plataforma vai ter uma fase piloto em que somente alguns agentes autorizados poderão fazer o registro de tratores novos. A partir dessa data, haverá a ampliação da rede autorizada e será possível registrar também os tratores antigos. Com isso, o produtor pode transitar em via pública sem receber uma multa e sem o risco de ter seu equipamento confiscado por uma autoridade policial. Com a carteira de identidade do equipamento, também será possível identificá-lo em caso de furto.



## SEGURO RURAL

O lançamento do Plano Safra 2020/2021 trouxe como uma das principais novidades o aplicativo Programa de Seguro Rural (PSR), criado pelo Departamento de Gestão de Riscos do Ministério da Agricultura e desenvolvido em parceria com a Embrapa Informática Agropecuária. O aplicativo possibilita aos produtores e interessados o acesso a informações do mundo do seguro rural de forma consultiva. Foi desenvolvido para os sistemas operacionais Android e iOS, com disponibilização gratuita e apresenta o programa de seguro rural, suas características, as

subvenções vigentes e os contatos (telefone, e-mail e site) de seguradoras que operam na área agrícola aos usuários do serviço. As informações são de abrangência nacional e envolvem todas as 14 seguradoras ofertantes de produtos no agro. Para acesso aos contatos, o usuário faz uma busca simples, onde informa duas variáveis: município e cultura. A partir daí, o aplicativo retorna os contatos das seguradoras que operam para essa combinação. As informações dos contatos, áreas de atuação e serviços oferecidos foram repassadas pelas próprias seguradoras.



## TECNOLOGIA NO CAMPO

Um sistema lançado na Europa pela FMC Corporation é capaz de prever com até uma semana de antecedência onde e quando pragas e doenças devem atingir as lavouras. Com isso, o produtor consegue se preparar e ter economia na hora de cuidar das culturas. A inovação que já está em fase de testes no Brasil, conseguiu prever a incidência dos insetos antecipadamente com 90% de acerto. Além disso, ele emite alertas pelo celular ao produtor, que pode aplicar o defensivo antes do cenário na lavoura se agravar, reduzindo custos e aumentando a eficiência.



# O FUTURO DO AGRO É AGORA!

## INSCRIÇÕES ABERTAS

<http://faculdade.cnabrasil.org.br>

### Polos em Santa Catarina:

- ✓ Braço do Norte
- ✓ Seara
- ✓ São Joaquim
- ✓ São Miguel do Oeste



**SENAR**  
Santa Catarina  
[www.senar.com.br](http://www.senar.com.br)



**FAESC**  
Federação da Agricultura  
e Pecuária – Santa Catarina  
[www.faesc.com.br](http://www.faesc.com.br)

Acompanhe o Sistema  
FAESC/SENAR-SC nas redes sociais:

 @SISTEMAFEAESCSENAR  
 @FAESC e @SENARSC